

## CHICO SCIENCE, “A CIDADE”, RAÇA E POBREZA: Uma Leitura da Dinâmica Social do Recife em Perspectiva Jurídico-Decolonial

João Paulo Allain Teixeira

Universidade Católica de Pernambuco. Recife/PE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9467-6973>

Caio Cavalcanti Ramos

Universidade Católica de Pernambuco. Recife/PE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8794-2986>

### RESUMO

O presente artigo busca problematizar as críticas às permanências coloniais no contexto urbano de grandes cidades na América Latina a partir da música “A Cidade”, da banda Chico Science e Nação Zumbi. Para a análise, utilizaremos como parâmetro de estudo as relações sociais desenvolvidas no contexto urbano da cidade do Recife, no Estado de Pernambuco, Brasil. A partir da letra da música, lançada em 1994, procura-se observar, a partir de indicadores oficiais, as transformações sociais que indiquem a superação/permanência de uma condição colonial a definir padrões de igualdade/desigualdade de classe e raça na dinâmica contemporânea da cidade do Recife. Para alcançar este objetivo o trabalho utiliza como base de dados o Atlas da Violência, o Atlas do Desenvolvimento Humano e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Palavras-chave:** decolonialidade; movimento mangue; Recife

### CHICO SCIENCE, “A CIDADE”, RACE AND POVERTY: A READING OF THE SOCIAL DYNAMICS OF RECIFE FROM A LEGAL-DECOLONIAL PERSPECTIVE

### ABSTRACT

This article seeks to problematize the criticism of colonial permanence in the urban context of large cities in Latin America based on the song “A Cidade”, by the band Chico Science e Nação Zumbi. For the analysis, we will use as a study parameter the social relations developed in the urban context of the city of Recife, in the state of Pernambuco, Brazil. Based on the lyrics of the song, released in 1994, the aim is to observe, using official indicators, the social transformations that indicate the overcoming/permanence of a colonial condition that defines patterns of equality/inequality of class and race in the contemporary dynamics of the city of Recife. In order to achieve this objective, the study uses the Atlas of Violence and the Atlas of Human Development and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) as a database.

**Keywords:** decoloniality; mangue movement; Recife

Submetido em: 19/4/2023

Aceito em: 4/3/2024

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo entrelaça reflexões no âmbito do direito e da sociedade, tendo como objetivo a verificação da dinâmica social na cidade do Recife a partir da faixa quatro do álbum lançado em 1994, “Da Lama ao Caos”, da banda Chico Science e Nação Zumbi (CSNZ), “A Cidade”. Nesse sentido, cumpre analisar os elementos trazidos por uma das principais bandas da cena mangue para a reflexão sobre a dinâmica social do Recife. Busca-se, 25 anos após o desaparecimento de Chico Science, líder da banda, estabelecer um panorama crítico à luz das teorias decoloniais e sua aplicação para o Direito no que se refere à população negra da cidade.

O presente estudo levanta a hipótese de que a canção “A Cidade”, lançada no contexto da cena mangue, traz relevantes críticas à dinâmica social do Recife e sua Região Metropolitana (RMR). A música de CSNZ não só é capaz de carrear críticas à condição de colonialidade, como traz também elementos para reflexões que interessam diretamente ao Direito, tais como o debate sobre a criminalização seletiva e os parâmetros para discriminação em razão da raça. Põe também em perspectiva os meios pelos quais o Direito pode funcionar como um mecanismo de libertação e não de reforço das relações coloniais de poder.

Para justificar a escolha do tema, recorre-se ao argumento levantado pelo giro decolonial (Quijano, 2005, p. 129-130) de que é necessário reconhecer os efeitos do eurocentrismo no contexto de sociedades marcadas pelo colonialismo.

Especificamente no caso dos países latino-americanos importa retirarmos a máscara da “democracia racial” e reconhecermos que o que existe é “a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros”, e, acrescentemos, dos índios, mestiços e tantos outros subalternizados em razão da raça (Quijano, 2005, p. 136).

A justificativa da escolha da banda CSNZ, uma das fundadoras da cena mangue, e, especificamente, de “A Cidade”, dá-se em razão da visão crítica do movimento mangue, em especial da CSNZ, e da própria música com relação à realidade social circundante. Nesse sentido, considera-se a crítica social e a procura por alternativas práticas, um dos pontos altos da cena mangue (Mendonça, 2020, p. 42).

No caso específico da música “A Cidade”, a crítica social ganha contornos territoriais, o que permite levantarmos reflexões sobre a colonialidade de poder num território delimitado, no caso a Região Metropolitana do Recife (RMR), origem do movimento Manguebeat, em um específico recorte de tempo, aquele compreendido entre a morte de Chico Science, em 1997, até o presente, aproximadamente 25 anos, e, assim, verificar em que medida a crítica permanece atual e capaz de potencializar uma transformação.

Para tanto, seguiremos um roteiro que se inicia com a leitura decolonial. Aqui toma-se como referência o giro decolonial, surgido no contexto do movimento Modernidade/Colonialidade na década de 90.

Na sequência, focalizaremos a dinâmica social do Recife e sua Região Metropolitana, por meio do debate sobre o movimento Manguebeat no contexto da perspectiva sobre a mundialização da cultura e os seus efeitos na cultura local e sua articulação com as relações econômicas e de poder no contexto urbano da cidade (Mendonça, 2020; Teles, 2012; Calábria, 2019).

Por fim, em uma pesquisa empírica qualitativa de estudo de caso (Machado, 2017), aplicaremos as categorias teóricas descritas na análise de “A Cidade” em cotejo com os dados extraídos dos Censos do IBGE, relativos a 2000 e 2010, bem como da Pnad Contínua, também do IBGE, referente a 2017, sobre a situação do negro na RMR, para o período compreendido entre o desaparecimento de Chico Science (1997) até a presente data. Para tanto, foi utilizado o *site* eletrônico do Atlas do Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro (FJP).

## 2 A COLONIALIDADE DO PODER NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

O marco teórico adotado pelo presente trabalho é a teoria crítica à colonialidade do poder na perspectiva levantada pelo giro decolonial. A partir da análise dos processos históricos capitalistas da colonização dos países latino-americanos, o movimento Modernidade/Colonialidade aponta para a presença do fator racial para a funcionalidade do mecanismo de exploração estabelecido pelos colonizadores europeus na América Latina.

Entende-se por giro decolonial o movimento empreendido sobretudo por intelectuais latino-americanos enfatizando as relações e interconexões entre o projeto da Modernidade e seus efeitos coloniais. O grupo, integrado por Walter Dignolo (2011), Enrique Dussel (1994), Ramón Grosfoguel e Santiago Castro-Gómez (2007), entre outros, aponta para os efeitos hierarquizantes do projeto civilizatório eurocentrado.

Como indica Aníbal Quijano (2005, p. 138), “a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista”. Atrelado à raça, os europeus estabeleceram o acesso ao poder, capital, trabalho e produtos.

Na maior parte dos casos, com raras exceções, os assalariados, comerciantes, artesãos, agricultores e administradores coloniais, civis ou militares, eram brancos, enquanto aos negros restava a escravidão e, aos índios, a massiva exterminação. Assim, estabeleceu-se uma forma de codificação mediante uma estrutura biológica para a relação de poder entre os conquistadores (brancos) e os conquistados (negros, índios e mestiços).

De acordo com Quijano (2005, p. 121), “a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento”. Não bastavam os meios econômicos de dominação, para garantir a dominação, o eurocentrismo jogava seus tentáculos na cultura e no conhecimento, disseminando que o moderno era europeu que precisava retirar todas essas outras raças do primitivo. O problema central é que, uma vez submetidos à visão eurocêntrica, não conseguimos nos compreender como realmente somos, mas sim com um entendimento que nos foi imposto.

Entre as várias consequências dessa relação de poder colonial, uma das mais relevantes é justamente o bloqueio à formação de efetivos Estados-Nação na América Latina. É que os processos de independência das colônias latino-americanas ocorreram desconectadas da descolonização das suas sociedades, que apesar de formalmente “independentes”, permaneceram atreladas à lógica colonial que as estruturava. Sem essa descolonização,

a possibilidade de formação de uma base de interesses comuns entre os habitantes das diversas raças desaparece e com ela a possibilidade de democratização do poder (Quijano, 2005, p. 135-136). Quijano (2005, p. 136) destaca assim a presença de trajetórias históricas e linhas ideológicas nos países latino-americanos com relação à questão do Estado-Nação, indicando particularmente para o Brasil a “imposição de uma ideologia de ‘democracia racial’ mascarando a dominação colonial dos negros”.

As construções sobre “democracia racial” brasileira escondem assim, o mito de uma relação social supostamente pacífica entre brancos e negros. Esta ideia, contudo, esconde as verdadeiras forças estruturais que negam aos negros o acesso a todo tipo de direito, entre os quais os mais básicos direitos humanos, legitimando uma institucionalidade excludente, violenta e abusiva em suas relações com a população negra. Considera-se assim que o caminho para um Estado-Nação efetivo depende da descolonização das relações de poder e da democratização dos âmbitos de poder, além de um amplo e igualitário acesso a direitos.

### **3 A CENA MANGUE EM PERSPECTIVA: CRÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**

Estudos recentes indicam que o movimento mangue oferece um rico referencial para a análise das relações decorrentes da mundialização da cultura e seus efeitos nas relações de poder local (Mendonça, 2020).

Busca-se assim identificar os efeitos dos processos de mundialização da cultura, particularmente no que se refere às distinções entre “cultura popular”, “cultura de massa” e “cultura erudita” (Mendonça, 2020, p. 25-26). Nesse sentido, a combinação entre os elementos estrangeiros com os elementos nacionais, regionais e locais proporciona uma releitura criativa dos elementos locais sem destruí-lo (Mendonça, 2020, p. 259). Um detalhe importante é a relação específica da cena mangue com a RMR, especialmente no que respeita a uma maior apropriação dos resultados trazidos com a cena por meio da dinamização e ocupação de espaços urbanos do Recife (Mendonça, 2020, p. 219-220).

Como se observa, esta reflexão comunica-se com a discussão proposta pelo giro decolonial, quando busca verificar os efeitos do fenômeno de mundialização da cultura nos âmbitos regional e local. Tais questionamentos destacam-se, ainda mais, quando se questiona como esse mecanismo articula-se com as relações econômicas e de poder.

Se a cena mangue, contudo, trouxe uma dinamização cultural e social, especialmente para a Região Metropolitana do Recife, pode-se, aqui, fazer algumas críticas às suas próprias contradições com relação à colonialidade do poder.

As primeiras questões levantadas referem-se ao fato de criticar o sistema capitalista, mas paradoxalmente o seu reconhecimento deu-se nos horizontes do próprio sistema criticado (Mendonça, 2020, p. 258).

Da mesma forma, preconceitos musicais continuam presentes, não tendo sido até hoje superados: “o maior deles se direciona ao brega e ao bregafunk, gêneros dominantes na paisagem sonora das periferias da Região Metropolitana do Recife, junto à “suingueira”, ao passinho, ao alarde pop e ao *hip-hop*” (Mendonça, 2020, p. 263).

Outra crítica, relativa à colonialidade do poder, foi notada e destacada por José Teles (2012, p. 274), que registrou que, apesar de o Manguebeat ter diversos “músicos negros, cuja perspectiva de escapar do gueto era praticamente nula”, os intelectuais do Manguebeat eram brancos e de classe média.

Essa crítica, típica de relações de colonialidade de poder, de que o branco possui mais oportunidade de assumir o papel de intelectual, é ainda mais gritante se observamos que muitos músicos negros do Manguebeat eram percussionistas.

É inegável a influência do pernambucano Josué de Castro na obra de Chico Science. Josué de Castro é internacionalmente conhecido por seus estudos sobre o tema da fome. Este autor, no entanto, também escreveu o romance intitulado “Homens e Caranguejos” (Castro, 1967). Segundo José Teles (2012, p. 258), dos livros de Josué de Castro, “o único que Chico chegou a ler foi Homens e Caranguejos”: trata-se de um livro que tem a cidade de Recife como cenário e retrata a difícil realidade da vida dos emigrantes que vivem nos mocambos sobre os mangues da cidade.

Se tentarmos enquadrar o livro *Homens e Caranguejos* em um dos dois momentos culturais constantes da perspectiva sobre a invenção do Nordeste, de Durval Albuquerque Júnior (2012, p. 345), a obra se filiaria ao grupo daquelas que denunciam a miséria do Nordeste. O romance tem personagens flagelados da seca, inclusive denunciando verdadeiros campos de concentração para os retirantes e trabalhadores da cana explorados, apontando a violência dos coronéis; a dura vida nos mocambos sobre os mangues indica que o Recife está se tornando uma “mocambópolis” (Castro, 1967, p. 98), uma tentativa de revolução fracassada e tudo mais necessário a um roteiro que trate de exploração e de revolução.

Influenciado pela obra, Chico Science deu o nome de Mangue à cena musical que ajudou a fundar. É importante registrar, no entanto, que nem a CSNZ nem a cena mangue seguiram por uma música panfletária. Muito pelo contrário, elas reconstruíram essa imagem de mangue “miserável” como algo fértil, criativo e tecnológico. Assim, inovou a imagem do Recife, “mocambópolis” (Castro, 1967, p. 98), em uma cidade com problemas comuns às grandes metrópoles, mas que, conectada com o mundo, pode se organizar e prosperar por meio da cultura, ainda que fazendo concessões ao capitalismo.

“A Cidade” é a quarta faixa do disco *Da Lama ao Caos*, da Nação Zumbi. Inicie-se observando a sua batida. Segundo Maureliano Ribeiro, “um dos fundadores do Lamento Negro, grupo em que tocava a maioria dos percussionistas do Nação Zumbi” e “tradutor da alquimia sonora de Chico Science” (Teles, 2012, p. 266), a sua batida é uma fusão de James Brown com maracatu. Como se observa, já na batida a música sugere um hibridismo: o maracatu com James Brown; assim, nada mais presente na cena mangue e na CSNZ do que este tipo de fusão, a música mescla elementos do estrangeiro com o local, o tradicional com o contemporâneo, enfim, o hibridismo com toda a sua característica.

Ainda antes de adentrar na letra da canção propriamente dita, observamos que Lorena Calábria (2019, p. 139) destaca a simbologia da canção “A Cidade” de se iniciar com o “Boa noite do Velho Faceta”, representante do pastoril profano, manifestação bastante difundida na Região Nordeste: “além de ser uma homenagem à cultura popular, também mergulha na memória afetiva da própria banda e traz à tona um personagem presente desde os tempos de criança”.

## 4 A MÚSICA “A CIDADE” E AS PERMANÊNCIAS COLONIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

A metodologia adotada para debatermos as questões relativas à colonialidade do poder sugeridas pela música “A Cidade” consiste na análise de estrofe por estrofe, excluído o refrão, deixando-o para a última parte da discussão, sempre relacionando a estrofe a um determinado tema levantado na própria música que forneça dados empíricos sobre a situação do negro na RMR, dados comentados na sequência e cujos respectivos gráficos encontram-se numerados de 1 a 7, ao longo do texto. Assim, podemos realizar uma pesquisa empírica, de natureza qualitativa, mediante estudo de caso (Machado, 2017).

Os dados utilizados para a análise foram extraídos dos Censos do IBGE de 2000 e 2010 e na ausência do Censo 2020 quando da realização da pesquisa, utilizaremos os dados da Pnad Contínua, também do IBGE. Foi utilizado o *site* eletrônico do Atlas do Desenvolvimento Humano (Pnud, Ipea, FJP, 2022) desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro (FJP). Apenas no caso dos dados que tratam da violência por raça, usaremos dados do Atlas da Violência do Ipea (Ipea, 2022).

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas  
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas  
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas  
Não importa se são ruins, nem importa se são boas  
(Chico Science e Nação Zumbi, 1994).

A primeira estrofe da música inicia carregada de imagens da selva de pedra, como os arranha-céus, marca registrada do Recife. Diante das características da cidade e da ausência de espaço para o crescimento orgânico, a cidade passou nas últimas décadas por um processo de intensa verticalização, especialmente nos bairros nobres, sempre procurados pela especulação imobiliária. A estrofe traz ainda o tema da exploração do trabalhador da construção civil. Na sequência, abre o tema da violência que oprime as pessoas, um dos principais problemas das metrópoles brasileiras.

Em razão do tema violência e seu perfil racializado, cumpre aqui levantar a taxa de homicídios por mil habitantes na comparação racial entre negros e não negros do Atlas da Violência, apenas localizada para o âmbito estadual. Em 2019, no Estado de Pernambuco, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes para não negros é de 16,99, a taxa para negros é mais que o dobro, totalizando 45,25. É a sexta maior entre os Estados brasileiros.

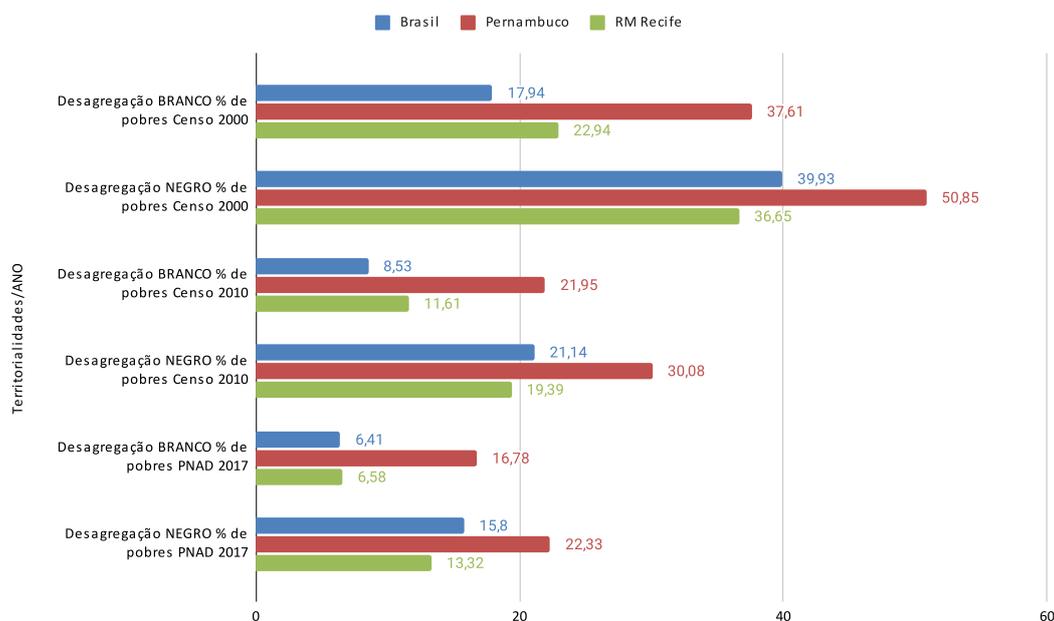
E a cidade se apresenta centro das ambições  
Para mendigos ou ricos e outras armações  
Coletivos, automóveis, motos e metrô  
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs  
(Chico Science e Nação Zumbi, 1994).

A segunda estrofe nos remete a imagens presentes em contextos urbanos das grandes metrópoles do país: a ambição de todos da cidade, independentemente se são

ricos ou pobres, o desejo de se armar contra as ameaças do conglomerado urbano. É uma crítica ao individualismo e à atitude de sempre querer tirar vantagem sobre os outros, o que acaba afastando a sociedade de ideais de solidariedade. São elencados os principais meios de transportes da metrópole e duas relações sociais quase sempre tensionadas: a dos trabalhadores explorados pelos seus patrões e dos camelôs, alvos da repressão policial.

Sobre os temas pobreza e raça, levantamos três indicadores sobre a RMR: percentual de pobres (Gráfico 1), de extrema pobreza (Gráfico 2) e de vulneráveis (Gráfico 3). No caso do percentual de pobres, enquanto, em 2017, o percentual de brancos é 6,58%, o de negros, novamente, é mais que o dobro: 13,32%. Desde 2000, quando eram, respectivamente, 22,94% e 36,65%, os percentuais vêm decrescendo, porém os negros sempre estão em grande desvantagem.

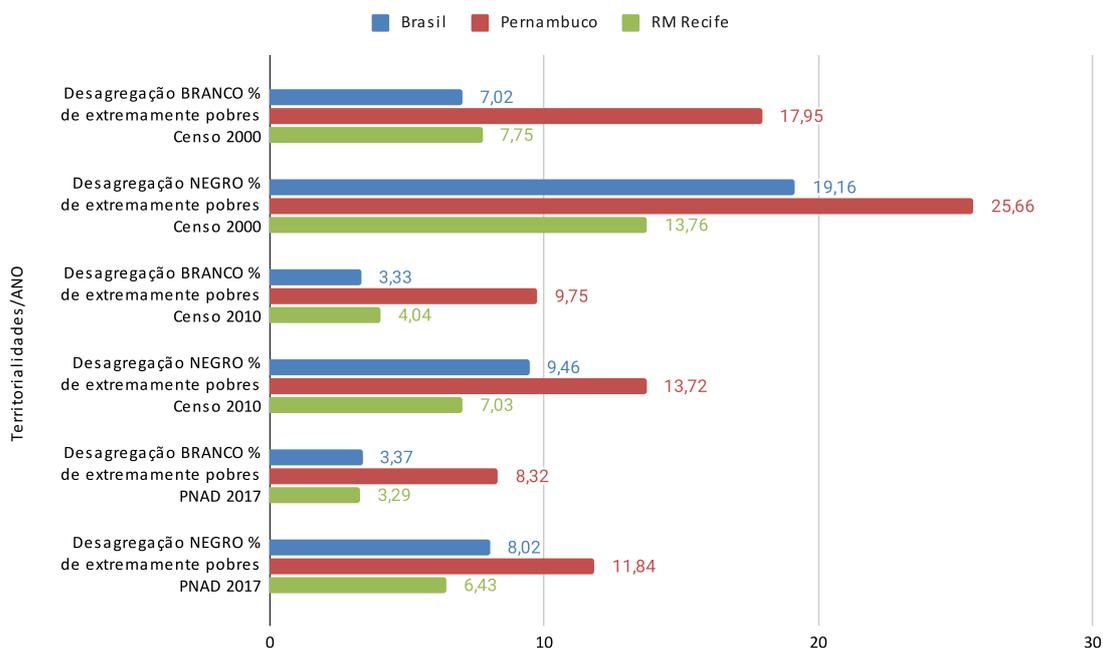
Gráfico 1 – Percentual de brancos e negros de pobres



Fonte: Elaboração dos autores com base nos Censos de 2000 (IBGE, 2000) e de 2010 (IBGE, 2010) do IBGE e de dados de 2017 da Pnad Contínua (IBGE, 2017).

No caso da extrema pobreza, em 2017, enquanto o percentual de brancos era de 3,29%, o de negros era de 6,43%, um pouco menos que o dobro. Seguindo a mesma tendência, quando comparados com 2000, respectivamente, 7,75% e 13,76%, os percentuais de extrema pobreza vêm decrescendo, mas com quase o dobro de negros na extrema pobreza.

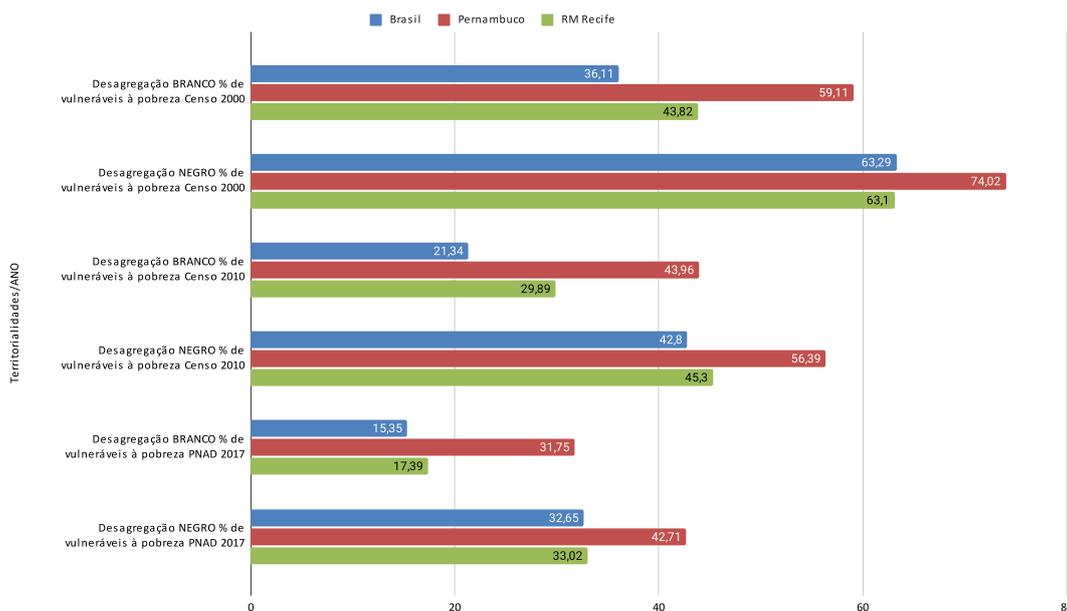
Gráfico 2 – Percentual de brancos e negros extremamente pobres



Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo de 2000 (IBGE, 2000) e de 2010 (IBGE, 2010) do IBGE e de dados de 2017 da Pnad Contínua (IBGE, 2017).

O mesmo ocorreu com os percentuais de pessoas vulneráveis à pobreza. Em 2017, ao passo que brancos representavam 17,39%, os negros respondiam por 33,02% dos vulneráveis. Comparando com 2000, respectivamente, os valores eram de 43,82% e 63,1% e estão caindo. A curva dos percentuais relativos à pobreza vem caindo, no entanto é inadmissível que uma diferença racial signifique aproximadamente o dobro de percentual de pobreza.

Gráfico 3 – Percentual de brancos e negros vulneráveis à pobreza



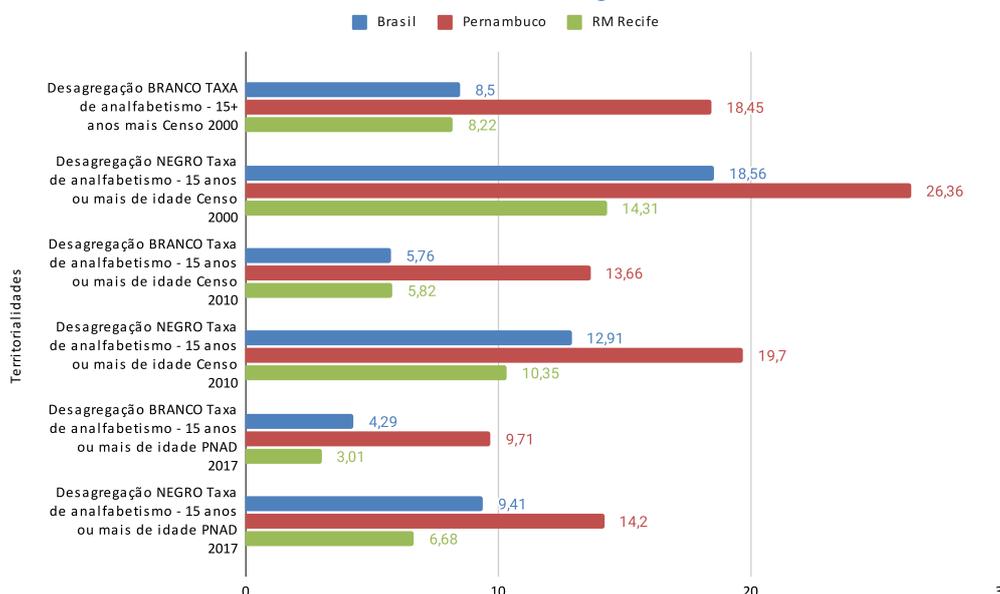
Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo de 2000 (IBGE, 2000) e de 2010 (IBGE, 2010) do IBGE e de dados de 2017 da Pnad Contínua (IBGE, 2017).

A cidade se encontra prostituída  
Por aqueles que a usaram em busca de uma saída  
Ilusora de pessoas de outros lugres,  
A cidade e sua fama vai além dos mares  
(Chico Science e Nação Zumbi, 1994).

A quarta estrofe trata da migração, pessoas que precisam mudar de cidade, Estado ou mesmo país para encontrar uma saída para seus problemas. Também é assunto comum aos grandes centros urbanos que, em virtude da pressão colocada pelo fluxo migratório, vê a cidade se “prostituir”. Trata de um determinado canto da sereia em que a cidade é ao mesmo tempo a sereia, bem como aquele que, encantado, vai morrer afogado. A cidade é cosmopolita e por isso é também alvo de interesses estrangeiros e coloniais.

Diante da tentativa de saída das dificuldades indicada pela estrofe, trazemos um grupo de três indicadores relativos à educação e raça: taxa de analfabetismo (Gráfico 4), percentual de Ensino Fundamental completo (Gráfico 5), e percentual de Ensino Médio completo (Gráfico 6). Começamos pelos dados relativos à taxa de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais (Gráfico 4). Em 2017, o percentual de brancos era de 3,01%, enquanto o de negros era mais que o dobro: 6,68%. Fazendo a comparação com 2000, os valores respectivos eram de 8,22% e 14,31%, o que demonstra que estão caindo, apesar da ainda grande diferença entre brancos e negros.

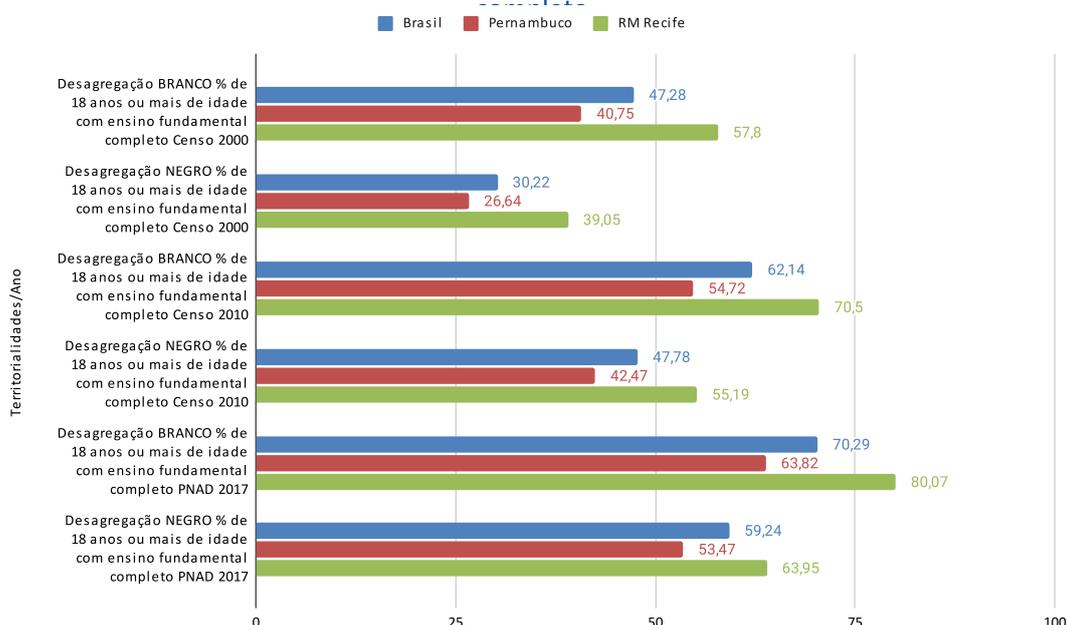
Gráfico 4 – Taxa de analfabetismo de brancos e negros com 15 anos ou mais de idade



Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo de 2000 (IBGE, 2000) e de 2010 (IBGE, 2010) do IBGE e de dados de 2017 da Pnad Contínua (IBGE, 2017).

Com relação ao percentual de pessoas com 18 anos ou mais com o Ensino Fundamental completo (Gráfico 5), em 2017 o percentual de brancos era de 80,07%, enquanto de negros era de 63,95%, uma diferença de 16 pontos percentuais. Já a comparação com 2000, respectivamente, 57,8% e 39,05%, demonstra que o percentual de pessoas com o Ensino Fundamental completo está aumentando, apesar de a diferença racial ser uma tendência com pouca diminuição, saindo de 18 para 16 pontos percentuais.

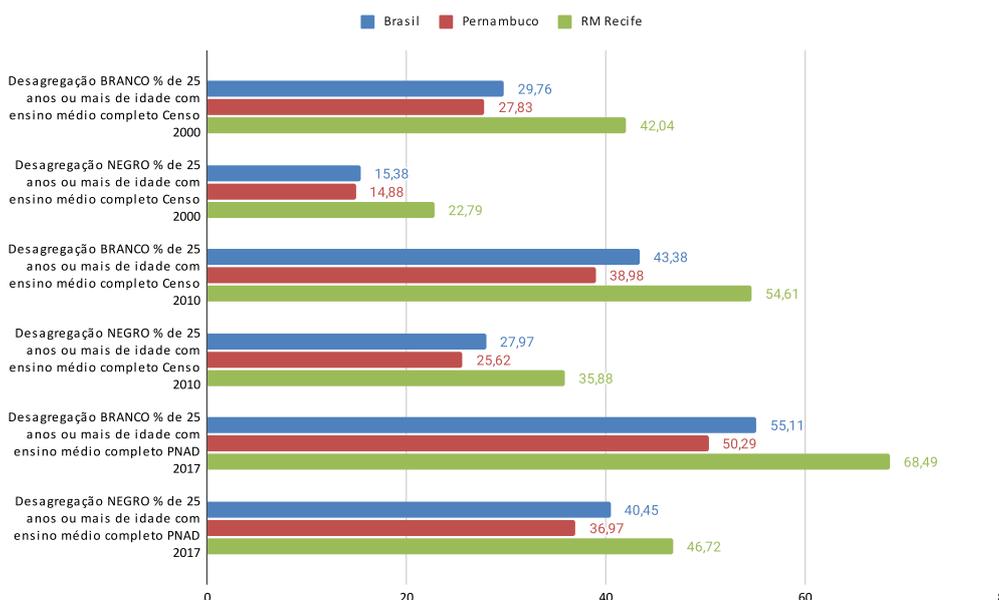
Gráfico 5 – Percentual de brancos e negros com 18 anos ou mais de idade com Ensino Fundamental



Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo de 2000 (IBGE, 2000) e de 2010 (IBGE, 2010) do IBGE e de dados de 2017 da Pnad Contínua (IBGE, 2017).

O indicador de pessoas com mais de 25 anos com o Ensino Médio completo (Gráfico 6) indica que, em 2017, era de 68,49% para brancos e de 46,72% para negros, uma diferença de 21 pontos percentuais. Em 2000, eram 42,04% e 22,79%, respectivamente, apontando para um distanciamento de 19 pontos percentuais, um pouco menor que em 2017, ou seja, apesar de uma melhora substantiva para brancos e negros, o fosso que os separa permanece.

Gráfico 6 – Percentual de brancos e negros com 25 anos ou mais de idade com Ensino Médio completo



Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo de 2000 (IBGE, 2000) e de 2010 (IBGE, 2010) do IBGE e de dados de 2017 da Pnad Contínua (IBGE, 2017).

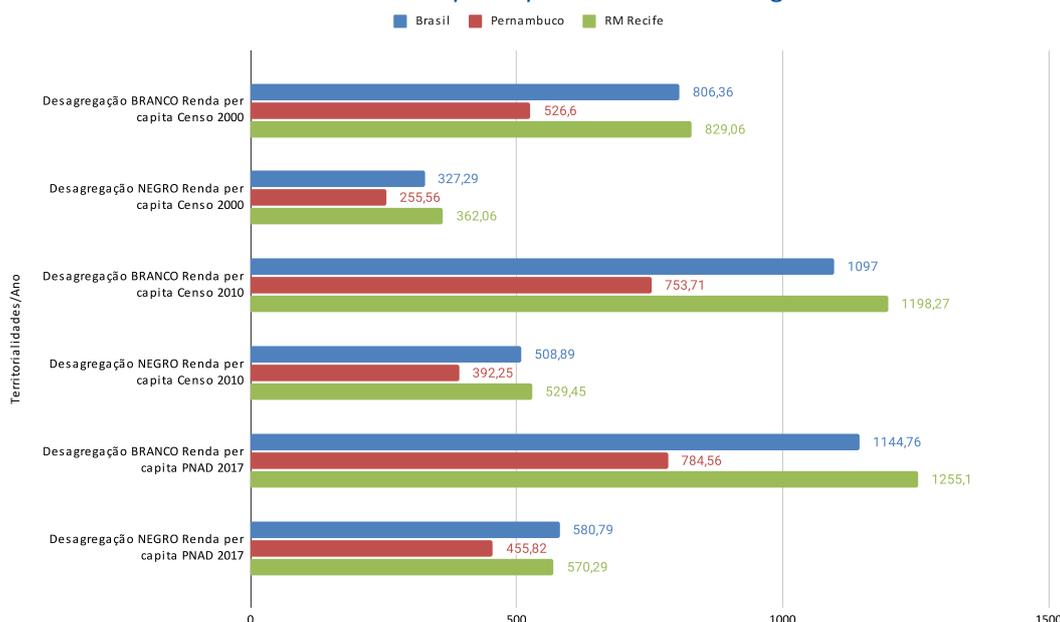
Cumprir registrar que nos três indicadores – taxa de analfabetismo (Gráfico 4), percentual de Ensino Fundamental completo (Gráfico 5), e percentual de Ensino Médio completo (Gráfico 6) – os dados da RMR quando comparados com as médias do Brasil e do Estado encontram-se melhores.

No meio da esperteza internacional  
A cidade até que não está tão mal  
E a situação sempre mais ou menos  
Sempre uns com mais e outros com menos  
(Chico Science e Nação Zumbi, 1994).

A estrofe retoma o tema da esperteza, só que agora em sua vertente externa, internacional, globalizada, como o capitalismo. É a questão da concentração de renda, da desigualdade, gigantesca na Região Metropolitana do Recife. Para promover o debate sobre renda e raça, tão presente na crítica à colonialidade do poder, vamos trazer o indicador de renda *per capita* (Gráfico 7).

Enquanto a renda *per capita* do branco em 2017 era de R\$ 1.255,10, a do negro era de R\$ 570,29, menos da metade. Referenciando-se com 2000, a renda *per capita* era, respectivamente, R\$ 829,06 e do negro R\$ 362,06, uma diferença abissal de renda, inaceitável. Há ainda um dado mais pessimista. Quando comparamos a renda da RMR com a do Brasil, enquanto em todos os anos informados – 2000, 2010 e 2017 – a renda *per capita* dos brancos da RMR supera a do Brasil, no caso específico dos negros, os dados mais atuais pesquisados, os de 2017, da RMR é menor que o do Brasil. Ademais, uma análise superficial dos dados parece indicar que a diferença racial de renda na RMR é maior que observada no Brasil como um todo.

Gráfico 7 – Renda *per capita* de brancos e negros



Fonte: Elaboração dos autores com base no Censo de 2000 (IBGE, 2000) e de 2010 (IBGE, 2010) do IBGE e de dados de 2017 da Pnad Contínua (IBGE, 2017).

Aos moldes do que defendeu Aníbal Quijano (2005, p. 138), existe um verdadeiro mecanismo de codificação por meio da cor que controla o trabalho e os recursos desde a chegada dos colonizadores europeus na América Latina.

Por fim, além do refrão que aponta para o fato de que a cidade segue adiante, crescendo, indiferente à exploração dos trabalhadores, da violência contra as pessoas, sobretudo das pessoas negras, reforçando toda essa colonialidade do poder que potencializa a riqueza dos que já são ricos e cada vez mais empurra os pobres para a pobreza, finalmente uma estrofe que traz alguma esperança, algum alento.

Uma estrofe que tão bem representa o espírito do Manguebeat, da CSNZ e do próprio Chico Science, repleta de hibridismo e do faça você mesmo, vai defender que por meio da música vamos sair dessa condição colonial em que vivemos, com um fim diferente daquele que Josué de Castro (1967, p. 177) escreveu para o seu personagem. Um fim, afinal, esperançoso e alvissareiro, traduzindo um espírito de luta em movimento.

A cidade não pára, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce  
Eu vou fazer uma embolada, um samba, um maracatu  
Tudo bem envenenado, bom pra mim e bom pra tu  
Pra gente sair da lama e enfrentar os urubus  
Num dia de sol, Recife acordou  
Com a mesma fedentina do dia anterior  
(Chico Science e Nação Zumbi, 1994).

Até aqui, analisando os mencionados dados referentes à dinâmica social de negros e brancos na RMR, as principais conclusões indicam que apesar de alguma melhoria nas condições de vida da população em geral, não se observa a diminuição do abismo social entre brancos e negros na cidade. Em síntese, há um grande trabalho a ser feito, nos diversos planos e dimensões sociais, para que o Recife supere as marcas da colonialidade.

## CONCLUSÃO

O presente texto buscou analisar a música “A Cidade”, faixa do disco Da Lama ao Caos, da banda Chico Science e Nação Zumbi e a partir daí discutir sobre raça e pobreza no contexto urbano do Recife, 25 anos após a o falecimento de Chico Science. Como parâmetro teórico, utilizamos as construções resultantes do “giro decolonial”. A partir da letra da música em cotejo com os dados empíricos sobre violência, pobreza, educação e renda de brancos e de negros na RMR é possível constatar na estruturação social da cidade a permanência de marcas tipicamente coloniais, como o racismo.

Ao desvelarmos o manto da suposta democracia racial brasileira encontramos na RMR uma situação de ampla discriminação, violência e exclusão social para com os negros. Mesmo observando que a cidade tenha, eventualmente, conseguido, ainda que de modo modesto, melhorar alguns indicadores sociais para a população em geral, ao longo desses 25 anos a

RMR não conseguiu reduzir a diferença abissal entre os indicadores dos brancos e dos negros. O Recife colonial é ainda bastante presente.

Nesse sentido a Cena Mangue e especificamente a canção “A Cidade” oferecem alternativas para a reversão desse quadro. A democratização de todos os âmbitos de poder da pólis, sem exceção; a desconstrução e reinvenção dessa metrópole nordestina, desconstruindo e ressignificando as velhas imagens e fazendo surgir o novo e os próprios passos do Manguebeat, da banda CSNZ e do próprio Chico Science podem trazer alguma luz.

Por meio de músicas, danças, grafites, filmes, moda e todas as formas de artes produzidas pela cooperativa mangue, a cidade conseguiu construir uma nova dinâmica para aqueles que fazem arte local e regional, projetando-os coletivamente no Recife, em Pernambuco, no Brasil e no mundo. Colaborou com a renovação das manifestações populares e com a inovação cultural. Também conseguiu (re)ativar diversos locais da RMR e gerar espaços democráticos e inclusivos, numa cidade dominada por arranha-céus, para diferentes hibridismos culturais que uniram tradicionais e contemporâneos, locais, regionais e mundiais, e, porque não dizer, brancos, negros, índios e mestiços.

O movimento, pela sua própria complexidade, expõe as suas contradições e limitações sobretudo no contexto em que emerge, fazendo parte de um sistema capitalista onipresente de controle cultural.

Para o Direito, fica o exemplo do Manguebeat, da banda que fez o recifense inovar, retomar sua autoestima e sair à luta. É preciso democratizar, desconstruir e reconstruir o Direito, assim como o Manguebeat fez com a música e todas as artes que se projetaram juntas. É preciso que o Direito cumpra o seu papel contribuindo para a descolonização do poder, ajudando a construir uma sociedade mais justa para os negros, índios e mestiços, que trate todos de forma igualitária e inclusiva, independentemente de raça. É preciso que o Direito se reinvente, recree-se e colabore para a cidade acordar sem as amarras da colonialidade do poder.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CALÁBRIA, Lorena. *Chico Science & Nação Zumbi: da Lama ao Caos*. Rio de Janeiro: Combogó, 2019.
- CASTRO, Josué Apolônio de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.
- CHICO SCIENCE E NAÇÃO ZUMBI. *Da Lama ao Caos*. Chaos/Sony Music, 1994. 1 CD. (50 min. 10 seg.).
- DUSSEL, Enrique. *1492: El Encubrimiento del Otro*. La Paz: Plural Editores, 1994.
- GROSGOUEL, Ramón; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo*. 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo*. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua*. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da violência*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- MACHADO, Maíra Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: Machado, Maíra (org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

MENDONÇA, Luciana Ferreira Moura. *Manguebeat: a cena, o Recife e o mundo*. Curitiba: Appris, 2020.

MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham, London: Duke University Press, 2011.

PNUD; IPEA; FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clasco, 2005.

TELES, José. *Do frevo ao manguebeat*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

**Autor correspondente:**

João Paulo Allain Teixeira

Universidade Católica de Pernambuco

R. do Príncipe, 526 – Boa Vista, Recife/PE, Brasil. CEP 50050-900

E-mail: [jpallain@unicap.br](mailto:jpallain@unicap.br)

*Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.*

